Executivo, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

ARTIGO 6º :- O descumprimento de qualquer exigência prevista nesta Lei ou desvirtuamento de suas finalidades. cuja apuração será feita em processo administrativo, instaurado pelo - serviço de Promoção Social da Prefeitura Municipal, "ex-oficio", ou mediante iniciativa do Chefe do Executivo, acarretará o cancelamento da declaração de utilidade pública.

PARÁGRAFO ÚNICO :- Constatada a existência de infração cometida por entidade declarada de utilidade pública, o Prefeito - Municipal encaminhará à Câmara projeto de Lei revogando o benefício.

ARTIGO 7º :- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS TRAFANI
PRESIDENTE

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

LEI Nº 22, de 07 DE JUNHO DE 1.983.

"Revoga a Lei nº 280, de 23 de Abril de 1.957".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA?,Estado de S.Paulo, usando de suas atribuições legais e regimentais, DECRETA a seguinte . . .

LEI :-

ARTIGO 1º :- Fica revogada a Lei nº 280, de 23 de Abril de - 1.957.

ARTIGO 2º :- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS TRAFANI
PRESIDENTE

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-